

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO**ATA Nº 05/2013
EXTRAORDINÁRIA**

1 Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e treze, no horário das catorze horas e vinte e oito
2 minutos, na sala 312-2 do Bloco A da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Avenida dos
3 Estados, 5001, Santo André, SP, realizou-se V sessão Extraordinária da Comissão de Graduação (CG),
4 previamente convocada e presidida pelo Pró-Reitor de Graduação, Professor Derval dos Santos Rosa,
5 com a presença dos seguintes membros: Adriana Capuano de Oliveira, Vice-Coordenadora do curso
6 de Bacharelado em Políticas Públicas; Alberto Sanyuan Suen, Vice-Coordenador do Bacharelado em
7 Ciências Econômicas; Arilson da Silva Favareto, Coordenador do curso de Bacharelado de Ciências e
8 Humanidades (BC&H); Arnaldo Rodrigues dos Santos Junior, Diretor do Centro de Ciências Naturais e
9 Humanas (CCNH); Cicero Ribeiro de Lima, Coordenador do Curso de Engenharia Aeroespacial; Daniel
10 Miranda Machado, Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática; Eduardo Peres Novais de
11 Sá, Coordenador do curso de Bacharelado em Física; Everaldo Carlos Venâncio, Coordenador do curso
12 de Engenharia de Materiais; Fernando Henrique Protetti, Representante Técnico-Administrativo;
13 Gabriela Andrade da Silva, Representante Técnico-Administrativo; Jabra Haber, Coordenador do curso
14 de Engenharia de Gestão; Jorge Costa Silva Filho, Representante discente suplente; José Fernando
15 Queiruga Rey, Coordenador do curso de Bacharelado de Ciências e Tecnologia (BC&T); Luciano
16 Soares da Cruz, Vice-Coordenador do curso de Bacharelado em Física; Luis Fernando B. Martin,
17 Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia; Luiz Henrique Bonani do Nascimento,
18 Coordenador do curso de Engenharia de Informação; Marcelo Modesto da Silva, Vice-Diretor do
19 Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Marcos Roberto da Rocha
20 Gesualdi, Coordenador do curso de Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Maria
21 Cecília Leonel G. dos Reis, Vice-Coordenadora do curso de Licenciatura em Filosofia; Paulo de Ávila
22 Junior, Coordenador do curso de Licenciatura em Química; Virgínia Cardia Cardoso, Coordenadora do
23 curso de Bacharelado em Matemática. **Ausentes:** Cristina Autuori Tomazeti, Coordenadora do curso
24 de Engenharia de Energia; Dacio Roberto Matheus, Coordenador do curso de Engenharia Ambiental e
25 Urbana; Daiane Rosa Dantas Santos, Representante discente; Emery Cleiton Cabral Correia Lins,
26 Coordenador do curso de Engenharia Biomédica; Fabiana Soares Santana, Coordenadora do curso de
27 Bacharelado em Ciência da Computação; Marcelo Zanotello, Coordenador do curso de Licenciatura
28 em Física; Rosana Louro Ferreira e Silva, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências
29 Biológicas; Valdecir Marvulle, Diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC);
30 Vani Xavier de Oliveira Junior, Coordenador do curso de Bacharelado em Química. **Ausências**
31 **justificadas:** Carlos Alberto da Silva, Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas;
32 Giorgio Romano Schutte, Coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais; Paula
33 Ayako Tiba, Coordenadora do curso de Bacharelado em Neurociência; Sandra Irene Momm Schult,
34 Coordenadora do curso de Bacharelado em Planejamento Territorial. **Não-votantes:** Pieter Willem
35 Westera, Professor; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, Técnica da Divisão Acadêmica; Renata
36 Coelho, Assessora Acadêmica em exercício; Juliano Marques Nunes, Técnico em Laboratório; Eliane C.
37 da Silva Nascimento, Pedagoga da Divisão de Planejamento e Apoio à Gestão; Andréia Silva, Técnica
38 do CCNH; Ana Lúcia Crivelari, Secretária Executiva do CCNH; Maria Estela C. de O. de Souza, Chefe da
39 Divisão de Estágios; Pedro Edson Martins Amaral, discente; Vagner Guedes, Técnico-Administrativo
40 do CECS; Silas de Melo Furtado, discente. **Apoio Administrativo:** Edna Maria de Oliveira Loureiro,
41 Assistente em Administração e Marcelo Sartori Ferreira, Secretário Executivo da Pró-Reitoria de
42 Graduação. Havendo quórum legal, professor Derval dos Santos Rosa cumprimentou a todos e abriu a
43 sessão às catorze horas e vinte e oito minutos. **Pauta única:** Discussões sobre sistema e critérios de

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO**ATA Nº 05/2013
EXTRAORDINÁRIA**

1 avaliação do aproveitamento acadêmico dos alunos em disciplinas. Professor Derval informou que a
2 pauta sugerida foi constituída por vários documentos que a Pró-Reitoria de Graduação recebeu.
3 Todas as sugestões de documentos foram listadas, anexadas e encaminhadas para os membros da
4 CG. Em conversa interna na Pró-Reitoria de Graduação, para que se pudesse fazer uma discussão
5 mais substanciada, pediu a um grupo de servidores que preparasse uma pequena apresentação,
6 abordando este tema, trazendo algumas informações relacionadas à questão do desempenho, em
7 especial ao sistema de avaliação, e qual foi o olhar dos discentes em relação à avaliação das
8 disciplinas. Passou a palavra à Renata Coelho. Renata informou que iria abordar alguns itens que
9 foram sugeridos como pauta: conceitos, revisão de conceitos, panorama do desempenho acadêmico
10 dos alunos do BC&T e do BC&H em 2012, conclusão dos bacharelados interdisciplinares, coeficientes
11 (CR, CA e CP) e avaliação das disciplinas unificadas de 2012. Na UFABC existe o conceito “A”, que
12 corresponde ao desempenho excepcional; o “B”, que é um bom desempenho; o “C”, desempenho
13 mínimo satisfatório; o “D”, desempenho mínimo não satisfatório; o “F”, reprovação por não atingir o
14 conceito, e o “O”, reprovação por frequência. O conceito “E” corresponde às disciplinas equivalentes,
15 cursadas em outras universidades. O “I” é o conceito incompleto, que é quando o aluno, por algum
16 motivo, não concluiu a disciplina mas obteve frequência. Neste caso, o professor tem até o final do
17 quadrimestre seguinte para terminar a avaliação e substituir o conceito “I” por um dos anteriormente
18 citados. Para a conversão dos cálculos dos coeficientes, o “A” vale 4, o “B” vale 3, o “C” vale 2, o “D”
19 vale 1, o “F” e o “O” valem zero. Os outros conceitos não entram para o cálculo do CA e CR. A
20 Resolução nº 120 do ConsEPE normatiza a revisão de conceitos. O Art. 1º diz que os alunos terão
21 direito à vista das correções de avaliações, e que ela tem como objetivo orientar o aluno em seu
22 aprendizado, sendo muito importante que ela ocorra. Consta também na LDB que antes da aplicação
23 do instrumento avaliativo, o professor esclarecerá aos alunos sobre os objetivos e critérios que serão
24 utilizados na correção. O aluno que discordar da correção deverá se pronunciar no momento da vista,
25 solicitando ao professor a revisão imediata. Caso ele não concorde com o conceito final atribuído,
26 terá o prazo máximo de sete dias letivos, após o início do quadrimestre subsequente, para fazer a
27 solicitação de revisão do conceito. O aluno deverá ir à Secretaria Acadêmica e preencher uma
28 solicitação comum descrevendo o problema, que será encaminhada para a Divisão Acadêmica. Esta
29 elaborará uma CI para a coordenação do curso à qual a disciplina está vinculada, com a solicitação do
30 aluno anexa, e o coordenador do curso dará continuidade ao processo. Este poderá entrar em
31 contato com o docente que ministrou a disciplina e com o coordenador da disciplina. Para explicitar o
32 quanto este fato ocorre, no ano de 2012 houve 67 solicitações de revisão de conceito, sendo 15
33 deferidas e 52 indeferidas. Até 21 de maio de 2013 houve 20 solicitações, sendo uma deferida, 9
34 indeferidas e as demais estão aguardando resposta. Em 2012 houve 100.510 matrículas em
35 disciplinas. Portanto o número de solicitações de revisão de conceito é pequeno em relação ao
36 número de matrículas. Em seguida apresentou o panorama do desempenho acadêmico dos alunos do
37 BC&T em 2012: entre as disciplinas obrigatórias do BC&T oferecidas, apresentou a quantidade de
38 aprovações, de reprovações por frequência e de reprovações por nota, destacando as disciplinas que
39 são do quadrimestre ideal de oferecimento e disciplinas de demanda reprimida. Após, apresentou o
40 panorama de desempenho do BC&H. Professor Derval ressaltou que o objetivo dessa apresentação
41 não é somente fornecer dados, mas “catalisar” uma discussão sobre os temas que estão pautados.
42 Renata continuou apresentando o tempo médio de integralização do BC&T e do BC&H. No relatório
43 sobre coeficientes foi apresentado o histograma dos alunos, mostrando aqueles que apresentaram

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO**ATA Nº 05/2013
EXTRAORDINÁRIA**

1 CA entre 0 e 1, de 1 a 1,5, de 1,5 a 2 e acima de 2. O mesmo foi feito para o CR. No cálculo do CP foi
2 feita a divisão pelo ano de ingresso do aluno. Informou que solicitou à Isabel que fizesse o
3 levantamento das avaliações dos alunos que cursaram disciplinas com avaliações unificadas em 2012.
4 Os alunos mencionaram as disciplinas relacionadas a Física. A porcentagem de alunos que respondem
5 ao questionário de avaliação é em torno de 15%. Aproximadamente 50% dos alunos que fizeram a
6 avaliação dessas disciplinas comentaram sobre o sistema unificado. Isabel informou que a maior
7 parte dos comentários foi negativa. Professor Daniel Miranda falou sobre os problemas no sistema de
8 avaliação. Quando se olha para um conjunto de regras pensa-se no jeito de se dar bem. Quando se
9 olha para um grande conjunto de pessoas, essa é a estratégia que as pessoas adotam a longo prazo
10 dentro de um conjunto de regras. As regras têm de ser suficientemente resistentes a este tipo de
11 ataque, ou seja, a estratégia do menor esforço. Partiu de um princípio de racionalidade bastante
12 comum em Economia, onde se tenta maximizar os ganhos e minimizar os prejuízos, quando se olha
13 para um conjunto de regras, tentando mostrar qual vai ser a estratégia do aluno dentro da
14 universidade e que as regras da UFABC o induzem ao comportamento que se vê. Dentro do conjunto
15 de regras acadêmicas, os objetivos dos alunos são obter dois tipos de benefícios: ser aprovado
16 imediatamente e, a longo prazo, aumentar o seu CR e o seu CA. Dentro desse cenário, o sistema da
17 UFABC é o pior possível. A curto prazo há uma tabela de atribuição de conceitos que é extremamente
18 grosseira, pois não enxerga a faixa mais baixa. O conceito “F” representa o desempenho de um aluno,
19 que pode ser deplorável, ou pode representar um desempenho de chegar muito próximo de ter
20 conseguido os objetivos, em ordem numérica, como a maioria dos professores adota, chegando
21 próximo a 3.9. Não há como fazer a divisão de maneira justa. As regras existentes estimulam o
22 abandono de disciplinas. Para explicar o abandono de disciplinas fez uma pergunta hipotética: qual
23 deve ser o comportamento do aluno quando ele olha para uma disciplina e acredita que tem uma
24 grande chance de ser reprovado. Ele se pergunta se deve continuar com a disciplina ou abandoná-la.
25 Isto depende fortemente de como se modela o desempenho acadêmico na universidade. Se for
26 através de notas discretas com escalas ruins e com o CA, a estratégia correta é abandonar, porque a
27 curto prazo o aluno seria reprovado e diminuiria o esforço que poderia ser dispendido em outras
28 matérias. O CA é uma medida muito ruim de desempenho acadêmico. Na UFABC é muito discreto o
29 sistema de avaliação. Do ponto de vista do comportamento do aluno dentro da universidade, ocorre
30 um fenômeno muito interessante, que é o pior tipo de reprovação possível para uma universidade: o
31 aluno foi reprovado três ou quatro vezes, mas nunca cursou a matéria. O modelo de estratégia
32 gerado para o aluno é: “desista, abandone e encontre um momento em que você será aprovado”. Há
33 duas coisas que precisam ser corrigidas: ter mais precisão na graduação de notas, passando para
34 conceito numérico ou aumentando a graduação, e não confundir o CA com o CR, que são avaliações
35 de desempenho absolutamente diferentes. Apresentou uma proposta de mudanças mínimas dos
36 conceitos, com a adição de mais um conceito para aumentar um pouco a graduação, que seria um
37 modo de reescrever o “D”, por ser um conceito problemático. Levantou também a questão de que
38 uma universidade séria precisa ter prova substitutiva. Professor Eduardo apresentou os dados da
39 disciplina Fenômenos Eletromagnéticos. Foi coordenador desta disciplina no primeiro e segundo
40 quadrimestre de 2012. A disciplina adotou o sistema unificado em ambas as ofertas. Não é feita
41 chamada, porque a disciplina é considerada como de uma única turma de mil alunos. O aluno vai para
42 a sala de aula que mais lhe convém. As provas são montadas da seguinte forma: os professores são
43 chamados para uma reunião, na qual se solicita a eles que elaborem as questões de cada capítulo. Na

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO**ATA Nº 05/2013
EXTRAORDINÁRIA**

1 semana seguinte os professores se reúnem novamente, são montadas as provas de acordo com o
2 número de turmas, utilizando as questões que estão mais ou menos equilibradas. Todos os
3 professores discutem e chegam a uma conclusão sobre o formato das provas. A correção das provas é
4 feita da seguinte forma: cada grupo de professores corrige uma mesma questão de todos os mil
5 alunos. Havia um projeto de avaliação continuada, de que o aluno faria lista de exercícios em casa,
6 para ser considerada como nota. Infelizmente houve uma cola disseminada nas listas de exercícios e
7 nos relatórios de laboratório. A avaliação que é feita no sistema *on line* tem alguns problemas. Sua
8 representatividade é baixa: aproximadamente 15%. Mesmo quando a representatividade é razoável,
9 há discordâncias. Houve uma discordância na maneira como as provas de Fenômenos
10 Eletromagnéticos foram montadas. A prova do segundo quadrimestre não tem perguntas
11 qualitativas, somente quantitativas. Foi uma opção que os professores fizeram. Em 2012.1, a opinião
12 dos professores foi diferente: haveria uma questão qualitativa, que deveria ser colocada na prova
13 para as pessoas que não têm habilidade matemática. Em Fenômenos Mecânicos e Fenômenos
14 Térmicos foram utilizados mecanismos diferentes, devido à fase de experimentação do sistema. Não
15 existe ainda uma maneira clara e otimizada de ver qual a melhor maneira de se tratar uma turma de
16 1.500 alunos. Do ponto de vista institucional, é fundamental para a universidade criar um sistema
17 transparente. Professor Derval manifestou-se a respeito do processo de avaliação comentado pelo
18 professor Eduardo. Na Pró-Reitoria de Graduação havia um TA que propôs um processo de avaliação
19 e decidiu-se implementá-lo. O assunto foi pautado em quatro ou cinco reuniões da Comissão de
20 Graduação. Houve uma grande cautela para se implementar algo institucional. Houve contribuições
21 de vários coordenadores ao questionário que hoje é aplicado. Comentou que, caso seja necessário,
22 será trazido novamente este questionário para que se possa fazer adequações. É preciso ampliar o
23 número de respondentes. Se a decisão for colocar a avaliação antes da matrícula, este pode ser um
24 encaminhamento que esta Comissão pode sugerir para uma deliberação. Professor Eduardo
25 argumentou que não é preciso ficar preso a um único formulário, pois isto quebra o intuito de
26 melhorar a disciplina. Professor Arilson opinou que se começarem a tirar conclusões a partir da base
27 de informações existentes, serão no mínimo impressionistas. Considerou as informações repassadas
28 pela Renata extremamente importantes como ponto de partida, ou seja, que a partir dessas
29 questões, outras poderiam ser colocadas para aumentar a base de informações e tomar decisões.
30 Qualquer disciplina que, quadrimestre após quadrimestre, tem um altíssimo índice de reprovação, é
31 indicação de que há um problema. Sobre o depoimento do professor Eduardo, declarou não enxergar
32 um problema no procedimento que eles tiveram, o que lhe sugere que talvez o problema não esteja
33 na disciplina. Sugeriu aproveitar o espaço da reunião para retomar a discussão que foi feita há vários
34 meses atrás, que deu origem ao questionário que hoje é aplicado aos alunos. É preciso dar um passo
35 a mais na política institucional de avaliação. Agora que se tem a experiência de aplicação do
36 questionário por alguns quadrimestres, levantou a questão de que outros instrumentos poderiam
37 complementar, como se poderia tornar a aplicação desse instrumento mais efetiva e, eventualmente,
38 aperfeiçoar esse instrumento. Professor Luiz Bonani expressou que gostaria de contribuir com a
39 discussão em relação aos conceitos, especificamente o conceito “D”. Enxergou uma visão
40 contraditória entre o Bacharelado Interdisciplinar, da maneira como o projeto pedagógico da UFABC
41 coloca, em que os alunos teriam de passar por todos os campos das ciências, tendo uma visão geral,
42 completa, sólida, e o conceito “D”, que prega o contrário, em que não necessariamente se precisa
43 saber tudo. Outra questão seria que o projeto pedagógico como está hoje não precisaria do conceito

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO**ATA Nº 05/2013
EXTRAORDINÁRIA**

1 “D”. O jeito como ele está sendo aplicado parece simplesmente um consolo para os alunos que não
2 conseguiram atingir o limite de aprovação. Existem alunos com conceito “D” em disciplinas
3 específicas. Estas não podem mais ser compensadas. Pode haver uma consequência muito grande
4 dentro de 10, 20 anos, ao se colocar egressos no mercado. Estão sendo colocados no mercado
5 engenheiros que são responsáveis por vidas. As consequências para a UFABC seriam extremamente
6 desastrosas. Propôs manter o conceito “D” da forma como está, colocando um dispositivo de que os
7 alunos precisariam refazer as avaliações, uma quantidade limitada de vezes. Atingindo um certo
8 limite, o aluno teria de refazer completamente a disciplina. Discente Juliano opinou que o sistema de
9 avaliação sempre foi questionado. Muitos criticaram a credibilidade das avaliações. Declarou não
10 conseguir ver o resultado delas na prática. Em relação ao conceito “D”, se o aluno conseguiu chegar
11 no BC&T e se formar com CA=2, quando chega na Engenharia, se ele não tem os conceitos básicos,
12 não conseguirá se formar nas disciplinas específicas com o CA=2. Há uma compensação nesse ciclo. O
13 sistema de avaliação é complexo. De acordo com os dados informados pela Renata, estão se
14 formando poucos alunos. Isto não é um problema somente dos alunos, mas também da universidade.
15 É preciso corrigir os problemas existentes, não somente apontá-los. Professor José Fernando declarou
16 que considera o conceito “D” muito apropriado para o BC&T, porque ele permite que, nesse universo
17 de possibilidades, o aluno vá melhor em uma disciplina e não tão bem em outra. Se ele não gosta de
18 uma área, compensa naquela que ele tem mais interesse. Dentro do Bacharelado Interdisciplinar o
19 “D” faz todo o sentido, porém tem dúvida se ele faz sentido para os cursos específicos. Professor
20 Eduardo argumentou que o problema não é exatamente a prova, nem a maneira como a estrutura do
21 curso está montada, e sim a universidade como um todo. Sobre a questão dos cursos pós BI, se há um
22 sistema de dois ciclos, isso teria de ficar claro. O aluno pode até cursar as disciplinas da Engenharia
23 enquanto está no BC&T, mas ele tem de passar por um processo seletivo para entrar nos pós BI.
24 Professor Arnaldo expôs que é preciso ficar claro o que é o conceito “D”. Talvez ele faça sentido nos
25 BI’s, mas não sabe se fora deles. Talvez os coordenadores de curso possam admitir o “D” numa
26 determinada disciplina, mas não em outra que seja básica do seu curso. Em relação às avaliações, a
27 quantidade de pessoas que está respondendo está aumentando, mas ainda é baixa. Professor
28 Eduardo opinou que se houver um número pequeno de avaliações, mas ele for um conjunto
29 representativo da comunidade e se puder garantir isto, é uma avaliação válida. Mas no instante em
30 que a avaliação é anônima, e ela deve ser, é preciso uma porcentagem muito alta dos alunos que
31 efetivamente vão à sala de aula, para garantir a representatividade de todos os alunos que estão no
32 curso. Professor Derval declarou que ficou surpreso com a pequena quantidade de solicitações de
33 vista e de revisão dos conceitos, apresentada pela Renata. Este processo de avaliação tem de ser
34 apropriado pelos discentes e docentes. Para que se consiga avançar nessa discussão é preciso ter
35 dados. Professor Cícero opinou que o espanta manter esse sistema de avaliação conceitual e ver
36 claramente que algumas pessoas ainda usam o comparativo entre uma nota quantitativa e uma nota
37 qualitativa. Concorda que é preciso redefinir o conceito “D”. Se o aluno apresenta um
38 aproveitamento mínimo não satisfatório e mesmo assim é aprovado, há uma grande dificuldade em
39 aprender a trabalhar com essa forma conceitual qualitativa. Professor Jabra informou que no curso
40 de Engenharia de Gestão, em 2010, foi definido o conceito “D” como 5 a 6,5. Hoje considera que 6,5 é
41 muito. Mas o critério de se ter o “D” igual a 4 não vai chegar nunca a um critério excepcional. O 5 a
42 6,5 não causou nenhum espanto depois de assimilado pelos alunos. Professor Eduardo considera o
43 valor numérico irrelevante, porque depende da prova que é aplicada. O que é preciso é discernir os

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO**ATA Nº 05/2013
EXTRAORDINÁRIA**

1 alunos, classificando-os de acordo com suas habilidades. Gabriela declarou ver o problema das
2 evasões, na questão da psicologia comportamental, que os alunos tentam evitar o fracasso que eles
3 veem como praticamente certo. Na apresentação da Renata percebeu que quanto maior a
4 reprovação por “F”, maior a evasão, ou seja, os alunos estão evadindo porque sentem que não vão
5 conseguir ser aprovados, então acham melhor desistir e reivindicar algo que eles tenham chance.
6 Dentro da área da psicologia, aprende-se que os processos subjetivos são difíceis de se mensurar. É
7 preciso partir do que se quer que os alunos saibam, tanto para seguir com as disciplinas futuras
8 quanto para aplicar no mercado de trabalho depois. 40% dos alunos que procuram o serviço
9 psicossocial apresentam queixas acadêmicas. Questionou qual a diferença entre um aluno que tira
10 4,9 e um aluno que tira 5, se ele sabe ou não o conteúdo que o permita prosseguir com as outras
11 disciplinas e no mercado de trabalho. Isso é que é uma avaliação qualitativa. Não vê muito sentido
12 em discussão numérica. Em relação ao baixo índice de pedidos de vistas de provas, considera que isto
13 se deve à falta de conhecimento dos alunos de que existe este recurso. Muitos acreditam que este
14 recurso não vai adiantar e outros ainda acreditam que serão perseguidos pelo docente se utilizar
15 deste recurso. Solicitou que em outra oportunidade fosse chamado um pedagogo para falar na CG,
16 pois a opinião deste sobre o sistema de avaliação seria muito importante. Professor Everaldo
17 informou que no curso de Engenharia de Materiais foi feita uma reunião com os alunos que
18 retornaram do “Ciência sem Fronteiras” e que estes reclamaram da forma como são avaliados nas
19 disciplinas. Sugeriu que se planeje um evento com estes alunos, para que relatem como se sentiram
20 na forma como foram avaliados nas disciplinas dos países onde estiveram. Professor José Fernando
21 disse é preciso ter um sistema de avaliação no qual qualquer pessoa que olhe para o histórico escolar
22 de um aluno, consiga ter a dimensão de como é aquele aluno. É preciso saber o que se quer medir, se
23 é o amadurecimento do aluno em relação a um determinado conceito, o amadurecimento da
24 disciplina, a quantidade de conhecimento, a evolução. Em relação à revisão de conceito, há uma
25 resolução aprovada que foi implantada há dois quadrimestres, a qual talvez precise ser reformulada,
26 porque o pedido de revisão tem de ser substanciado. Professor Luciano opinou que o BC&T sempre
27 aparece como uma espécie de ciclo básico. Parece que sua única finalidade é produzir algo para os
28 cursos pós BI. O aluno pode sair da UFABC somente com o BC&T, mas questionou o que ele irá fazer
29 depois. Considerou urgente uma revisão do projeto pedagógico. Sugeriu menos disciplinas
30 obrigatórias e que sejam colocadas coisas mais específicas, algo que indique que determinadas
31 disciplinas são obrigatórias para determinados cursos. Professora Adriana ressaltou que a questão da
32 avaliação é um dado. A universidade não tem como abolir qualquer tipo de critério avaliativo.
33 Quando uma avaliação é feita, não significa necessariamente uma punição, mas ela tem de ser
34 entendida como um critério mínimo de justiça, no sentido de recompensar o aluno que se esforçou. A
35 questão dos conceitos está ligada a quão próximos os professores podem estar dos alunos, porque
36 quando há esta proximidade é possível atribuir as notas através dos conceitos da UFABC. Às dezesseis
37 horas e cinquenta e quatro minutos professor Derval anunciou que não havia mais quórum, porém,
38 em respeito às pessoas ainda inscritas, decidiu dar continuidade à reunião. Discente Silas considerou
39 difícil a aplicação dos conceitos, porque existe uma dificuldade dos professores na compreensão dos
40 parâmetros da universidade. É preciso um envolvimento maior de todos com o projeto pedagógico.
41 Fernando Protetti considerou muito claro, em relação à avaliação institucional, que o instrumento
42 tem de ser modificado, aprimorado, ter maior participação dos alunos. Em relação à avaliação da
43 aprendizagem, uma proposta passível para entender como está a realidade na UFABC é abolir o

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO**ATA Nº 05/2013
EXTRAORDINÁRIA**

1 sistema de conceitos. Avaliação por conceitos implica uma dimensão qualitativa. É preciso adotar o
2 sistema de notas e ser coerente. Há uma necessidade de se criar um fórum para debater a questão da
3 avaliação na universidade. Professor Arilson opinou que não se pode partir do pressuposto de que
4 apenas estão sendo aplicadas as regras da universidade, que é a avaliação baseada em conceitos.
5 Outra questão é que é controverso achar que o pressuposto da maximização é o que conduz o
6 comportamento dos indivíduos. Não é só um elemento que guia a racionalidade das pessoas. Pediu
7 cuidado com os pressupostos que são adotados no modelo de interpretação da realidade. Não acha
8 que a avaliação deve punir ou premiar, mas sinalizar. Ela existe para que, passado o momento da
9 relação entre professor e aluno, fique um sinal que possa ser interpretado depois. Esses sinais
10 também podem ser produzidos adotando-se diferentes critérios. O processo educacional do qual o
11 aluno é portador, e que tem na nota uma das suas formas de expressão, é resultado de uma série de
12 outras dimensões institucionais que não se reduzem à relação entre o professor e o aluno. Num
13 processo de avaliação mais sistemático que se venha a fazer, ou essa avaliação dá espaço para que
14 esses outros elementos também apareçam, ou se estará olhando para apenas uma parte do
15 problema. Professor Luis Fernando sugeriu que se faça uma avaliação, ou que se peça um trabalho,
16 uma dissertação ou um pequeno ensaio para os alunos depois da última semana de aula, para se ter
17 uma ideia da evolução do estudante. Professor Derval recomendou aos presentes que fizessem uma
18 reflexão sobre o resultado desta reunião. Foram várias as falas que trouxeram grandes contribuições
19 para que se possa avançar na temática trazida. Será traçado um encaminhamento em relação aos
20 dois principais pontos levantados: avaliação institucional e avaliação de aprendizagem. Considerou
21 esta uma reunião de diagnóstico. Deu por finalizada a reunião às dezessete horas e trinta e dois
22 minutos, anunciando que será dada continuidade ao assunto oportunamente. Do que para constar,
23 eu, Edna Maria de Oliveira Loureiro, Assistente em Administração, lavrei e assinei a presente ata
24 aprovada pelo Pró-Reitor de Graduação, professor Derval dos Santos Rosa, e pelos demais presentes
25 à sessão.

26

27

28

29

30 Edna Maria de Oliveira Loureiro
31 Assistente em Administração

Derval dos Santos Rosa
Pró-Reitor de Graduação